

Entrevista com a Prof^a. Dr^a. Suzane Rodrigues de Oliveira

Susane Rodrigues de Oliveira: Possui graduação em História (1997) pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, Mestrado (2001) e Doutorado (2006) em História pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou pós-doutorado no Instituto de Investigaciones Feministas da Universidad Complutense de Madrid (Espanha, 2018-2019) e no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (2018). É professora associada da UnB (desde 2009), atuando em disciplinas da área de Teoria e Metodologia do Ensino de História para a Graduação em História. É uma das coordenadoras do Laboratório de Ensino de História (LABEH/UnB) e atua também como docente na Linha de Pesquisa “História Cultural, Memórias e Identidades” do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. É autora do livro *Por uma História do Possível: Representações das Mulheres Incas nas Crônicas e na Historiografia* (2012) e coorganizadora das coletâneas *Mulheres e Violências: Interseccionalidades* (2017), *Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres* (2017) e *Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas* (2019).

Entrevista concedida via correio eletrônico às doutorandas Karina Aparecida de Lourdes Ferreira e Hellen Silvia Marques Gonçalves, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membras da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2022/2023.

[Revista Temporalidades] Professora Susane Rodrigues de Oliveira, primeiramente, gostaríamos de expressar nossa alegria em podermos entrevistá-la para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Agradecemos a sua disponibilidade.

Você pode comentar sobre a sua trajetória e escolhas de pesquisa? Quais os caminhos te levaram ao amplo campo de análise que orienta o presente dossiê “mulheres, gênero, feminismos”?

[Susane Rodrigues de Oliveira] Minha trajetória acadêmica começa em 1994 no curso de Graduação em História do CEUB, onde tomei contato com os estudos feministas e de gênero através de professoras que realizaram doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UnB sob a orientação da professora doutora Tânia Navarro-Swain, uma das precursoras e estimuladoras destes estudos na UnB. O meu interesse de pesquisa pela história das mulheres Incas no Peru Pré-hispânico e colonial foi inspirado também pelas leituras introduzidas por essas professoras. Na época, o texto Joan de Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, motivou uma geração de jovens historiadoras a ingressar nesse campo em busca da visibilidade

historiográfica das mulheres, mas também de um ativismo feminista pelo direito à memória e história das mulheres tendo em vista a desnaturalização das desigualdades de gênero e o combate à violência epistêmica contra as mulheres na História. Além disso, uma viagem que realizei ao Peru e Bolívia no final de 1997, assim que concluí a graduação, marcou muito as minhas escolhas de pesquisa. Os museus, monumentos e sítios arqueológicos andinos pré-hispânicos, além da experiência em um cotidiano presente marcado pelos efeitos nefastos do colonialismo espanhol, foram me suscitando uma série de questões de pesquisa que se amadureceram na leitura do livro *Luna, sol y brujas: géneros y clases en los Andes prehispanicos y coloniales* de Irene Silverblatt (1996). Este livro, que comprei numa pequena lojinha em Cusco (Peru), me despertou fortemente o interesse pelos estudos de gênero no mundo andino pré-hispânico e colonial, e me serviu de base para a construção de um projeto de pesquisa de mestrado baseado numa análise discursiva de crônicas coloniais escritas por espanhóis nos séculos XVI e XVII sobre os Incas. Havia uma lacuna na minha formação como historiadora, já que a história da América pré-colonial, não por acaso, tem pouquíssimo espaço nos currículos de Graduação, como efeito mesmo de um ponto de vista histórico predominantemente eurocêntrico que buscou homogeneizar, ressignificar ou apagar essa história. Esse silenciamento e os preconceitos relacionados ao mundo andino pré-colonial, especialmente aqui no Brasil, acabaram me instigando a pensar nas relações entre saber e poder no campo da História, ou seja, nas dimensões políticas das representações históricas construídas sob um ponto de vista colonial e que serviram para legitimar desigualdades étnico-raciais e de gênero, violências, discriminações, epistemicídios e explorações dos povos indígenas latino-americanos. Nesse caminho, os estudos feministas pós-estruturalistas e pós-coloniais, inspirados em Michel Foucault, acerca da escrita da história, me forneceram a base teórica e metodológica para os estudos de mestrado e doutorado sobre as representações e discursos acerca do feminino e do sagrado nas crônicas coloniais, escritas por espanhóis, mestiços e indígenas nos séculos XVI e XVII, mas também na historiografia acadêmica contemporânea produzida sobre o governo dos Incas nos Andes pré-hispânicos (Tawantinsuyo). Nessa investigação observei que as próprias crônicas deixam indícios de mulheres andinas exercendo o poder de forma independente, ou até mesmo compartilhando esse poder com homens e/ou mulheres, em múltiplas instâncias, enquanto governadoras, guerreiras, huacas, acllas, caticas, señoras cápac, curacas, estrategistas de guerra, curandeiras, artesãs, distribuidoras de alimentos, proprietárias de terras e agricultoras. Esses mesmos indícios nos permitem romper com as ideias universalizantes de patriarcado, ao revelar que o poder e sacralidade das mulheres Incas estiveram associados também às suas posições nas múltiplas relações de parentesco e às suas habilidades guerreiras, estrategistas,

curativas, agrônomas, intelectuais e políticas; ou seja, que o poder, autoridade e sacralidade dessas mulheres estiveram mais além de seus corpos. Isso significa que o gênero (de maneira interseccional) esteve associado a outros marcadores de diferença social, como por exemplo, a etnia, a idade, a região, o grau de parentesco ou ancestralidade com as huacas, no estabelecimento de identidades, *status*, prestígios, poderes e funções sociais. Nesse sentido, os meus estudos apontaram para a pluralidade do ser mulher no mundo andino pré-colonial, ao expor os indícios do possível, daquilo que foi negado ou considerado impossível, sobretudo, por uma historiografia moderna (positivista, evolucionista, eurocêntrica e androcêntrica) que classificou os Incas como uma sociedade estatal patriarcal, governada por um “imperador” o Inca, como similar ao império romano e às instituições católicas modernas. Já na análise das crônicas, expressões de discursos misóginos, eurocêtricos e demonizadores das mulheres andinas que escapavam aos padrões de gênero católicos cristãos, foi possível identificar esses indícios do possível para as mulheres, na medida em que fui escavando os discursos históricos colonialistas sobre as origens, fundação e expansão do governo dos Incas sob os Andes. Inspirada na “arqueologia do saber” de Foucault, busquei historicizar as imagens das mulheres, desvelando seus sentidos, significados e modos de funcionamento e produção nas crônicas. Assim, foi possível encontrar não só indícios de uma vontade colonial de dominar, desclassificar, homogeneizar e apagar o conteúdo estranho e perturbador das identidades e sexualidades andinas, mas indícios de sociedades que causavam muito estranhamento e repulsa aos colonizadores, porque escapavam das normas e convenções de gênero binárias/hierárquicas/cristãs e do modelo heteronormativo de regimento das identidades e sexualidades que deviam estruturar a sociedade colonial. Então, foi no exercício de historicização de representações demonizadoras, mitificadoras e desqualificadoras da atuação de mulheres que guerreavam, lideravam e governavam nos Andes pré-colônias, que encontrei indícios possíveis de mulheres fortes com sabedoria, poder, posses, status e habilidades, e que apontam, portanto, para outros modos de existência para as mulheres indígenas no passado, bem como para outros modos de organização das identidades e relações de gênero. Importante dizer que estes estudos no mestrado e doutorado foram também muito marcados por um momento de grande efervescência e difusão dos estudos feministas e de gênero no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Na época, as professoras Diva do Couto Gontijo Muniz e Tânia Navarro-Swain, minhas respectivas orientadoras de mestrado e doutorado, foram muito ativas e engajadas no crescimento e fortalecimento desse campo de estudos. Entre 1998 e 2007, elas lutaram bastante e organizaram uma série de cursos, seminários, eventos, publicações e grupos de

pesquisa que estimularam e fortaleceram muito a produção historiográfica feminista na UnB. Tanto é que, na época, elas conseguiram criar a primeira Área de Concentração em estudos feministas e história das mulheres em um programa de pós-graduação no Brasil. Eu tive o privilégio de ter os meus projetos de pesquisa acolhidos por essas professoras, com as quais eu aprendi muito sobre mulheres, gênero e feminismos.

[R.T.] A partir de sua tese de doutorado *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o “Império” Inca (OLIVEIRA, 2012)*, como você apresenta a escrita de uma “história do possível” e como ela nos auxilia num fazer historiográfico que rompa com ideias universalizantes, generalistas e pretensamente objetivas e neutras?

[S.R.O.] A ideia de uma “história do possível” se apoia nos escritos feministas da professora Tânia Navarro-Swain (2014) que foi minha orientadora de doutorado. De acordo com essa autora, as histórias do possível são histórias que desafiam as narrativas que essencializam as identidades em torno de concepções de sexo-gênero – fixas e invariáveis – que reduzem os corpos à binariedade hierárquica, dividindo e opondo homens e mulheres, sempre a partir da consideração do patriarcado como um fato histórico universal e contínuo, presente em todas as épocas e lugares. As histórias do possível sobre o gênero partem, portanto, de premissas feministas, de que tanto o sexo quanto o gênero são construções históricas e culturais, variáveis no tempo e espaço. Nesse sentido, entendo que as histórias do possível se somam aos esforços no campo dos estudos feministas pós-coloniais por conferir visibilidade às “mulheres” enquanto grupo heterogêneo na História. As histórias do possível são, portanto, histórias que tem como ponto de partida a ideia de inexistência de uma “natureza” que comandaria inexoravelmente as identidades e os relacionamentos entre homens e mulheres em diferentes tempos e espaços. Como bem disse Tania Navarro-Swain, “(...) uma história do possível não aceita esquemas definidos de antemão ao abordar o estudo de um período, de uma determinada formação social, quer seja, gênero, raça, status, riqueza, poder. Tem como eixo condutor de análise a infinita possibilidade de agenciamentos sociais e a variedade possível de formações e sistemas em suas expressões eventuais; abre a história para o diverso, para aquilo que não está necessariamente ancorado nas representações sociais do presente, construídas em torno de uma ‘natureza’ toda poderosa” (Apresentação OLIVEIRA, 2012, p. 10). No diálogo com os estudos feministas negros, pós-coloniais e decoloniais, eu amplio um pouco mais essa noção de histórias do possível, compreendendo-as também como histórias dissidentes, porque se apoiam na crítica feminista à

ciência moderna, positivista, evolucionista e eurocêntrica, desafiando e questionando a hegemonia de um ponto de vista branco, masculino, heteropatriarcal, colonial e cristão que se impôs no campo da produção historiográfica. Entendo que as histórias do possível também endossam os trabalhos de descolonização do gênero, por promoverem a necessária desnaturalização de imagens que fixam verdades absolutas e incontestáveis sobre os comportamentos e subjetividades femininas e masculinas. Ao expor a historicidade da construção do gênero, mostrando-o como algo variável e inventado socialmente, conseguimos também fragilizar os saberes e práticas que perpetuam o sistema moderno/colonial de gênero. Além disso, na minha experiência, a escrita de histórias do possível sobre o gênero nos Andes pré-hispânicos é, sobretudo, um exercício de aprendizagem com outras vozes e perspectivas sobre o passado, sobretudo, daqueles/as que foram marginalizados/as, estigmatizados/as, ignorados/as ou invisibilizados/as nas produções historiográficas hegemônicas. As histórias do possível enfatizam aquilo que podemos aprender (no tempo presente) com indícios de outras formas de subjetivação e de existência para as mulheres no passado, redefinindo e ampliando as noções de identidades e de relações de gênero no tempo. Os indícios do possível sobre a multiplicidade de identidades e relações de gênero no tempo ajudam-nos a expor a diversidade e pluralidade dos modos de ser, estar e pensar em sociedade, bem como as lutas e resistências aos processos históricos de dominação patriarcal, permitindo desfazer estereótipos e concepções históricas universalistas, eurocêntricas, colonialistas, sexistas e racistas que tentam tornar “impossível” a presença de outros sujeitos, tentam apagar qualquer possibilidade de aprendizagem com outros saberes e outras práticas em torno do corpo, das subjetividades e das relações de gênero. A história é um tipo de conhecimento fundamental no estabelecimento de sentidos para o presente e para a construção de projetos de futuro. Ao conectar passado-presente-futuro, a História nos ensina sobre o que fomos (no passado) e o que podemos ser, abrindo possibilidades identitárias para o presente-futuro, haja vista que a memória (matéria-prima da História) é um componente fundamental na construção das identidades. Como dispositivo de subjetivação (de produção de sujeitos/subjetividades), a história também fornece referenciais importantes para o modo como devemos nos apresentar, falar, pensar, sentir, atuar e ser em sociedade. Ao narrar o passado, a história elege ou privilegia certos personagens e atribui sentidos, importância, *status* e valores às suas ações e identidades, estabelecendo imagens que fixam na memória certos modos de ser. Ao escrever e ensinar histórias do possível para as mulheres e o gênero na América pré-colonial, levamos para a sala de aula “outros mundos possíveis” que fogem da lógica e princípios das chamadas “civilizações” modernas, avançadas, patriarcais, coloniais e capitalistas, expondo outras

formas bem diferentes de se conceber o gênero, alargando os nossos horizontes e expectativas sobre as identidades e organizações humanas através dos tempos. São histórias que revelam, sobretudo, outras concepções de gênero, outras cosmogonias, outros arranjos familiares, outras sexualidades, outros modos de governo, outras espiritualidades, outras formas de ver o corpo, a terra, a família e a natureza. Desse modo, colocam em funcionamento outros modos de subjetivação (ou seja, outros modos de produção das subjetividades) para além das configurações identitárias heteropatriarcais e racistas que se perpetuam na cultura histórica dominante. As imagens de mulheres Incas que atuaram como governadoras, heroínas, oficiantes de rituais sagrados, guerreiras e lideranças étnicas são importantes para meninas, meninos e adolescentes em formação escolar, porque expandem o imaginário histórico e político sobre as mulheres, abrindo a possibilidade para que as mulheres se sintam estimuladas a atuar na vida política e no governo da sociedade, para além dos limites impostos pelo patriarcado. Assim, entendo que o ensino de histórias do possível sobre o gênero constitui um ato político de produção/promoção de conhecimentos históricos que colaborem na transformação das formas de ver, pensar, interpretar e tratar o gênero, promovendo a necessária desnaturalização de práticas e concepções de sexo-gênero que colaboram na re-afirmação das desigualdades interseccionais de gênero no presente. Por isso mesmo, são histórias sintonizadas também com as demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ pelo direito ao passado e à diversidade nos currículos escolares, sobretudo, com as demandas por uma educação antissexista e antirracista nas escolas brasileiras. As histórias do possível permitem (no presente) um encontro com a alteridade, – com algo “estranho” e desafiador à lógica da persistência e universalidade do heteropatriarcado que estabelece modelos fixos de subjetividades masculinas (violentas e dominantes) e femininas (passivas, frágeis e assujeitadas) ao longo do tempo, – permite também “uma expansão da vida, isto é, um encontro com o passado para problematizar o presente e abrir o futuro em possibilidades de vida” (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 8-9). Afinal, se a história diz que no passado as identidades e relações humanas puderam ser diferentes, e que mesmo no presente essa diversidade é a marca do humano, isso abre nossos horizontes para o futuro, para a possibilidade de reconhecimento e respeito à diversidade, na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e com direito à liberdade identitária.

[R.T.] Nos últimos anos, você empreendeu investigações em livros didáticos de história. Como podemos pensar a representação discursiva da mulher veiculada nos livros didáticos? Como a violência contra as mulheres foi apresentada para os(as)

educandos(as) em idade escolar? Os materiais analisados fornecem instrumentos para uma educação antissexista?

[S.R.O.] Estas investigações surgiram como desdobramento do projeto de pesquisa “Ensino de história das mulheres e das relações de gênero: por uma educação antissexista e antirracista” que desde 2014 venho desenvolvendo no Laboratório de Ensino de História da Universidade de Brasília (LABEH/UnB). Com o suporte de teorias feministas interseccionais e pós-coloniais, este projeto problematiza e historiciza as formas recentes de inclusão da história das mulheres nos livros didáticos, currículos, práticas de ensino, saberes docentes e aprendizagens em História. Entre 2018 e 2019, as atividades desse projeto foram integradas ao estágio de pós-doutorado que realizei no Instituto de Investigaciones Feministas da Universidad Complutense de Madrid (UCM) e no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o objetivo de investigar as representações de violência contra mulheres em livros didáticos de história aprovados no PNLD de 2018 para o Ensino Médio. Em 2019, os resultados dessa pesquisa foram publicados em dois artigos de revistas nacionais (OLIVEIRA, 2019a, OLIVEIRA, 2019c) e num capítulo de livro na coletânea “Gênero, subjetivação e perspectivas feministas” (OLIVEIRA, 2019b). Desde a década de 1990, o PNLD vem passando por reformulações positivas importantes na abordagem do conhecimento histórico escolar sobre as mulheres, as desigualdades de gênero e, em alguma medida, sobre as violências sexuais e de gênero. A partir de embates e diálogos travados com movimentos sociais (feministas, indígenas e negros), o Estado vinha assumindo esse compromisso educacional de superação da violência contra as mulheres e da “violência correlata” às relações étnico-raciais, ao preconceito e à discriminação racial. Isso significou, especialmente para as mulheres, uma conquista fundamental ao reconhecimento e legitimação das lutas e reivindicações por igualdade de gênero no presente. Contudo, as formas de inclusão da história das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas e ressignificadas, mas também de um sistema de representações, valores, crenças e formas culturais que não é facilmente atingido nos processos oficiais de regulamentação e avaliação dos livros didáticos no Brasil. Assim, sabemos que condenar, queimar, ignorar ou excluir os livros didáticos não vai resolver os problemas enraizados em nossa cultura. Pelo contrário, vai continuar “escondendo”, colocando à margem do debate em sala de aula as questões relacionadas à historicidade do gênero e da violência contra as mulheres. Observei que o tema da violência contra as mulheres ganhou certo espaço em narrativas de livros didáticos de História que tem como foco os direitos das mulheres e a conquista de leis de criminalização a esse tipo de violência

na contemporaneidade. Entretanto, essa inclusão tende muito mais a fixar datas, fatos e leis do que a conscientizar os/as estudantes da importância da garantia e defesa desses direitos. Observei ainda que alguns livros didáticos de História trazem avanços importantes na subjetivação (na construção identitária) das mulheres como sujeitos de direitos e de lutas contra a violência de gênero no tempo presente. No entanto, deixam uma deliberada invisibilidade das mulheres como agentes sociais e históricos até o momento em que conquistam esses direitos políticos na contemporaneidade. Além disso, tais livros evitam reflexões e explicações históricas sobre os processos, significados, implicações e valores que mantêm essa violência no presente. Embora tais narrativas sejam imprescindíveis para a educação jurídica no combate à violência contra as mulheres, tendem a reduzir essa violência a um problema legal, reforçando ainda a ideia de que o poder judiciário e o aumento e rigor das penas/punições para os sujeitos agressores são as únicas soluções para o combate à violência contra as mulheres. Dessa forma, a violência contra as mulheres, como uma questão do tempo presente, também parece vazia de historicidade nos livros didáticos. Os acontecimentos recentes não são devidamente historicizados, já que os debates sobre essa violência são orientados para a exposição das opiniões e reflexões dos/as estudantes que muitas vezes tendem ao presentismo. O ensino de História pode assim perder o seu potencial educativo como instrumento de compreensão e análise de questões vigentes no tempo presente. Entre as várias modalidades de violência contra mulheres mencionadas nos livros didáticos de História aprovados no PNLD de 2018 aparecem feminicídios, estupro coletivo, caça às bruxas, restrições de direitos e cidadania, inferiorização e assédio sexual no mercado de trabalho, violência doméstica e conjugal, prostituição forçada, maternidade compulsória, perseguições, aprisionamentos, torturas, raptos, exploração sexual, racismo, pobreza, intolerância religiosa, apedrejamentos, castigos, colonialismo, escravidão, tráfico humano, genocídios, repressão política e estupro de guerra. Essa violência, que se manifesta em atos e ameaças de agressão física, verbal, psicológica, patrimonial, intelectual e epistêmica produzidos em espaços públicos, privados e domésticos, incluindo os atos perpetrados ou tolerados pelo Estado, promove o medo, a insegurança, a dor e a vitimização das mulheres na história, marcando-as como seres vulneráveis, dependentes e inferiores. Trata-se de imagens poderosas, pungentes e prolíferas que despojam as identidades, subjetividades, capacidade ou agência das mulheres na história, subjetivando-as como seres naturalmente propensos ao sofrimento, subordinação e violência. Por isso, ressalto que os livros didáticos também funcionam como tecnologias de gênero e de racialização capazes de reforçar a dominação masculina/branca/capitalista, além de promover a ideia de uma natureza sexual masculina

indomável, insaciável, dominante, sobretudo, em cenários de guerra, deixando de problematizar a historicidade do estupro e do assédio sexual como atos simbólicos e expressivos de dominação/virilidade, de vontade de poder e de introdução do patriarcado na vida social. A violência contra as mulheres se passa nos livros didáticos de História com certa frieza e normalidade, como algo que parece inevitável na “longa história do patriarcado”. O maior problema está no modo como a masculinidade hegemônica – branca, cristã e heteropatriarcal – aparece como modelo para os homens, e isso precisa ser problematizado, porque tem um impacto profundo na formação das subjetividades de meninos e adolescentes, porque a história escolar mostra que para ser homem, respeitado e dominante, para obter respeito, valor e governar, é preciso violentar, explorar e subjugar mulheres e homens negros, pobres ou indígenas. Esse modelo de masculinidade branca hegemônica é construído em oposição a uma feminilidade hegemônica e em tensão com outras masculinidades marginais, aparecendo na História subordinando simultaneamente mulheres e homens não brancos.

[R.T.] Os estudos decoloniais têm proposto pensar as ciências humanas e sociais a partir de múltiplas experiências, sujeitos e epistemologias. Como os(as) historiadores(as), no seu entendimento, têm participado efetivamente na escrita de uma História atenta à lógica da colonialidade e crítica ao ponto de vista hegemônico?

[S.R.O.] No meu entendimento a escrita de uma história atenta à lógica colonial e ao ponto de vista hegemônico (eurocêntrico) tem se manifestado, especialmente, nas pesquisas e publicações dedicadas à história dos afro-brasileiros, africanos e indígenas, especialmente focadas nas demandas destes grupos por memórias e histórias que favoreçam o fortalecimento de suas identidades, experiências e direitos, bem como de suas lutas contra as desigualdades étnico-raciais e de gênero no tempo presente. Nesse sentido, eu destaco a potência da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros (@historiadorxsnegrxs) na divulgação, fortalecimento, diálogo e construção coletiva de saberes históricos com forte dimensão política e transformadora. Esta rede está não só revisitando a historiografia e as fontes históricas sob um ponto de vista negro, antirracista, antissexista e decolonial, mas promovendo e valorizando na academia novos sujeitos de produção de conhecimentos históricos. Há uma perspectiva de aproximação das experiências e identidades destes grupos, o que vem inovando, enriquecendo, atualizando e pluralizando muito o campo historiográfico. Tais estudos são urgentes e necessários na transformação de nossa sociedade, porque tem nos ajudado a compreender os processos e mecanismos de formação e manutenção das desigualdades étnico-raciais e de gênero no Brasil, mostrando-nos o quanto o

racismo é estrutural. A descolonização da história começa não só com a abertura da historiografia para a inclusão de novas fontes e sujeitos/personagens históricos, numa perspectiva crítica e historicizadora dos efeitos do colonialismo e da escravidão na manutenção do racismo/sexismo no tempo presente, mas, sobretudo, com a abertura da academia para pesquisadores/as negros/as, africanos/a, quilombolas e indígenas que trazem outras epistemologias e narrativas para esse campo.

[R.T.] Finalizando a entrevista, por meio do seu contato com a escrita da História a partir de uma perspectiva de gênero, você poderia falar um pouco sobre o cenário historiográfico brasileiro? Quais caminhos você pode apontar para jovens historiadores/as que têm interesse no campo do presente dossiê “Mulheres, gênero, feminismos”?

[S.R.O.] A história das mulheres e das relações de gênero é hoje um campo de estudos multifacetado e que nos coloca uma série de desafios conceituais e epistêmicos no atendimento às demandas das mulheres pelo direito à diversidade e pluralidade de experiências e identidades na História. É um campo que ainda precisa se desvencilhar de teorias feministas eurocêntricas e hegemônicas que tratam a “mulher” como categoria homogênea e universal, a partir de referências e conceitos de gênero pautados apenas na experiência de mulheres brancas, cristãs, europeias, heterossexuais e burguesas. Nesse sentido, o maior desafio hoje está em romper com o racismo epistêmico e a universalização da binariedade de gênero nos modos de conferir visibilidade historiográfica às mulheres e às relações de gênero. Para os/as jovens historiadores/as interessados no campo do presente dossiê, é importante que estejam dispostos/as a aprender também com as feministas e mulheres negras, indígenas, camponesas, quilombolas, periféricas, homossexuais, transexuais, transgêneros e outras, porque as experiências e identidades destas mulheres nos permitem expandir e pluralizar os modos de subjetivação das mulheres na História. Além disso, os feminismos negros, pós-coloniais e decoloniais nos ensinam sobre o caráter multidimensional e complexo da opressão e discriminação das mulheres na História, apontando os problemas na abordagem do patriarcado como a única fonte de opressão das mulheres em todas as épocas e lugares. No questionamento de categorias homogêneas e universais que tendem a naturalizar conceitos históricos como “homem” e “mulher”, apagando a pluralidade e liberdade constitutiva das subjetividades na História, as teorias feministas interseccionais, atentas às conexões do gênero à raça, classe, etnia, sexualidade e outros marcadores sociais, mostram como o sexismo, o racismo e a exploração de classe funcionam

como sistemas inter-relacionados de dominação, e assim nos colocam “questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social” (COLLINS, 2017, p. 7). Em uma sociedade tão injusta, violenta e desigual, com o aumento alarmante dos números de feminicídio, estupros, discriminações e violência de todo tipo contra as mulheres, precisamos cada vez mais de histórias feministas que atentem para as interseccionalidades constitutivas das identidades, hierarquias e relações de poder, desvelando também a multiplicidade de memórias, experiências, saberes e práticas de liberdade, emancipação e resistência das mulheres em várias épocas e lugares. Assim, a nossa produção historiográfica pode assumir uma dimensão política e transformadora, capaz de educar não só para o respeito e valorização da diversidade do “ser mulher”, numa perspectiva antirracista e antissexista, mas também para a compreensão e enfrentamento desses problemas na atualidade, balizando também ações para a justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, Patrícia. Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. *Parágrafo*, v.5, n.1, Jan/Jun. 2017.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Memórias, subjetivação e educação no tempo presente: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de História?. *Tempo e Argumento*, v. 11, p. 466-502, 2019a.

_____. *Por uma história do possível: representações das mulheres Incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 256p .

_____. Violência contra as mulheres: cultura histórica, subjetivação e ensino de histórias do possível. In: OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene (Orgs.). *Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas*. Brasília: Technopolitik, 2019b, p. 276-308.

_____. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). *Revista Estudos Feministas*, v. 27, p. e58426, 2019c.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de história. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26 (107), 2018.